

Governamentalidade Contemporânea e Práticas Psicológicas: De Walden II a Los Horcones

Arthur Arruda Leal Ferreira *

Resumo: Este trabalho investiga as práticas de governo presentes em Los Horcones, uma comunidade mexicana inspirada na utopia skinneriana Walden II. Para tanto, ele se utiliza do conceito foucaultiano de governo, que circunscreve toda forma de condução da conduta alheia e define, então, os modos de gestão da vida dos indivíduos e das coletividades. A hipótese sustentada é que Los Horcones encarna o desenvolvimento de uma técnica de governo liberal, resultando numa nova forma de gestão tecnocrática. Ela se fundamenta no conhecimento científico das inclinações naturais dos entes governados em regime de liberdade, para estimular a sua auto-regulação. Em Los Horcones, como em Walden II, as formas soberanas de gestão cedem lugar a uma experimentação constante das melhores formas de condução da conduta, da democracia à dita personocracia, todas apoiadas em formas de governo liberais.

Palavras-chave: Genealogia do governo, utopia skinneriana, comunidade Los Horcones.

Abstract: This work investigates the governmental practices presented in Los Horcones, a Mexican community inspired in the Skinnerian utopia Walden II. To such purpose, Foucault's concept of government, considered as a way of human conduct of conduct, will be resorted to. Government defines, therefore, the ways of managing each and everyone's life. The hypothesis here is Los Horcones incarnates the development of a liberal governmental technique, resulting in a technocratic way of managing. It is founded on the scientific knowledge of the natural inclinations from governed people, under liberty regime, stimulating their own self-regulation. In Los Horcones, as in Walden II, sovereign forms of management give ground to a constant experimentation of the better forms "to conduct conduct", from democracy to personocracy, all supported in liberal ways of governing.

Keywords: Governmental genealogy, skinnerian utopia, Los Horcones community.

Introdução

Nos cursos oferecidos ao fim dos anos 70 no Collège de France, Segurança Território e População (2006) e O Nascimento da Biopolítica (2007), Foucault introduz o conceito de governamentalidade, entendido como o exercício estratégico de controle da conduta alheia. Ele caracterizaria, mais especificamente, "o conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desta específica, embora complexa, forma de poder, que tem por alvo a população" (FOUCAULT, 2006: 136). Nikolas Rose (1998) emprega este conceito na história da psicologia, considerando-a em suas origens como a realização de uma técnica de gestão dirigida à

* Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP e Professor adjunto do Instituto de Psicologia.

população, um personagem inédito até o século XVIII, que nasce no instante em que as configurações de força vigentes passam a produzir não só indivíduos, mas coletividades. Em meio a esse processo, surgem novas estratégias de governo, racionalidades entre as quais o liberalismo é, sem dúvida, a que mais vigorosamente irrompeu a partir do século XIX. Para entender o impacto dessa nova forma de gestão inaugurada com o liberalismo, lancemos um olhar para trás e descrevamos os modos de exercício do governo desde o século XVI.

Um momento decisivo na história das artes de governo, diz Foucault, se situa no século XVI, quando surgem os chamados Manuais de Governo. Esses manuais possuíam prescrições para os meios pelos quais o Estado deveria administrar não somente o fluxo de mercadorias, mas também o de indivíduos. Preocupações desse tipo aumentavam conforme o processo de urbanização acelerava, decorrente da migração dos meios rurais e do declínio das taxas de mortalidade. Gradualmente, a noção de população ganhava os seus contornos, passando a ser vista como uma entidade capaz de gerar riqueza e desenvolvimento econômico. Por isso, os Manuais de Governo, fundamentados na chamada Razão de Estado, caracterizavam-se pela forte ênfase sobre a necessidade de registrar e corrigir as ações dos indivíduos, incentivando práticas que, mais tarde, constituiriam a base do chamado Estado de Polícia. Os métodos disciplinares haviam sido uma marca muito peculiar dos séculos XVI e XVII, atuando na vigilância contínua e no controle de corpos e ações em instituições como a escola, as casernas e os hospitais. Agora eles serão incorporados pelo próprio Estado em suas formas policiais.

No século XVIII, alguns pensadores, ao demarcar o território da economia como algo mais que a gestão do lar, estabeleceram que o Estado deveria atuar sobre o mercado por meio de um regime de liberdade. Isto se deve ao fato de que os fisiocratas acreditavam que os fenômenos de mercado obedeceriam a uma ordem natural e a leis inerentes. Esse é um deslocamento básico que os governos liberais efetuam em relação aos dispositivos disciplinares do Estado de Polícia. Rose (1998) sugere que o surgimento do liberalismo coloca o domínio da população sob novos cuidados do governo, que precisa agora descobrir meios de administrá-lo respeitando os seus códigos naturais de funcionamento. Portanto, seria absolutamente necessário o conhecimento de seus padrões de ação, de suas regularidades, a fim de conduzir os indivíduos como sujeitos responsáveis. É nesse contexto que a psicologia encontra as condições de seu desenvolvimento: como um saber legitimado na promessa de cientificidade e na condução livre da conduta alheia.

Para este autor, a história dos saberes psi está ligada à história do governo de uma dupla maneira: 1) mediante as técnicas de inscrição que permitiram que as subjetividades se

tornassem permeáveis às técnicas de governo; e 2) mediante a constituição de políticas múltiplas que pretendem conduzir a conduta dos indivíduos, não só através da disciplina, mas principalmente através da liberdade e da atividade dos indivíduos.

Nos trabalhos de Rose e Foucault, o liberalismo não se resume, então, a uma teoria econômica ou a uma crítica política do excesso de governo. Ele é uma técnica positiva de governo que começa como domínio econômico, mas que se desloca pouco a pouco para a questão da população em geral, abrindo a possibilidade de expansão das psicologias. Mais especificamente, o interesse desse trabalho é o conjunto de técnicas de governo geradas dentro do behaviorismo. Nesse ponto, seria possível estabelecer paralelos entre a Escola neo-liberal de Chicago e o behaviorismo radical de Skinner, tal como faz Foucault (2007: 308-309). Em ambos, a conduta não seria mais que o produto de uma interação contingente com o meio, orientada em função de um conjunto de ganhos e perdas. Por outro lado, o alvo deste trabalho são os projetos experimentais de comunidades, esboçados inicialmente como utopia por Skinner na sua obra *Walden II* (1978).

Walden II

Em *Walden II*, as práticas de planificação da cultura envolveriam todas as esferas da vida dos habitantes. Uma vez que toda cultura será efeito de contingências específicas, sua planificação implicaria na maximização dos ganhos da vida comum. Disto resulta a necessidade de registro, planejamento e controle constantes. Sim destacar todas as formas de controle sugeridas em *Walden II*, colocaremos em evidência as formas de governo propostas. Aqui a figura do governante seria abolida e em seu lugar assumiriam os planejadores e administradores. A comunidade seria dirigida por seis planificadores, responsáveis por vigiar o funcionamento da comunidade e eleger os administradores em função de suas competências. A tarefa dos administradores consistiria em cuidar dos destinos de algumas áreas específicas por meio da administração seletiva do reforço: educação, cultura, trabalho e análise da conduta. Estes, por sua vez, deveriam ser técnicos eficientes na condução dos assuntos internos.

Mas não só eles seriam os responsáveis pela boa condução dos negócios da comunidade; cada membro teria a tarefa de zelar pela harmonia coletiva. Por isso se diz ao longo da obra que cada membro atuaria tal como um cientista; à bem saber, com o rigor de um analista do comportamento. Isto não exclui a participação dos indivíduos nos assuntos políticos do país em que a comunidade está situada. Trata-se claramente da duplicação entre o plano da soberania política e o da governamentalidade, esboçada na teoria psicológica. Isto

coloca em questão a tradicional distância atribuída à psicologia, com relação a assuntos coletivos e governamentais, tal como indicada por Rose (1998).

Los Horcones¹

Na década de 1950, surgiram varias tentativas nos Estados Unidos no sentido de fundar comunidades nos moldes de Walden II. Ainda que poucas iniciativas tenham perdurado, uma sobrevive desde 1973. Instalada no norte do México, em Hermosillo, Los Horcones tem atualmente 18 membros (sendo 3 visitantes). Esta comunidade chegou a receber referências elogiosas e visitas do próprio Skinner.

Assim como em Walden II, Los Horcones funciona em um regime de experimentação contínua, estando aberta a mudanças de acordo com os resultados de suas práticas. Cada membro é ao mesmo tempo sujeito e analista, podendo sempre sugerir programas para modificar sua conduta e a dos demais. A tecnologia fornecida pela análise do comportamento é sistematicamente utilizada na planificação das atividades diárias, na resolução dos impasses internos e no registro de dados ao longo dos anos.

Neste sentido, foram experimentados em Los Horcones sistemas de organização bastante peculiares. No início foi utilizado um modelo de sistema idêntico ao de Walden II, constituído por planejadores e administradores. Eram designados planejadores cuja função era tomar as decisões mais importantes para a comunidade. Em seguida os planejadores escolhiam seus ajudantes, os administradores, que ficavam encarregados pelo cuidado de setores específicos. A cada ano, os administradores selecionavam dois membros como candidatos a planejadores. Desta forma, a cada 18 meses um destes candidatos substituíam um dos planejadores, de forma que sempre havia um planejador com experiência de governo. Este sistema se manteve durante os quatro primeiros anos, mas foi abandonado ao ser observado que todos intervinham na tomada de decisões.

Em 1977 se implantou a democracia, mas os resultados não foram os esperados. Os membros concluíram que: a) nem sempre a maioria toma a decisão mais acertada; b) a minoria nunca se conforma; C) um acordo entre os membros é possível sempre que os indivíduos sejam educados a tomar decisões em conjunto, considerando certos valores. Entre os diversos dilemas constatados foi observado que: a) a minoria freqüentemente culpava a maioria no caso de resultados negativos; b) existia um aumento de condutas repetitivas com a

¹ As informações sobre Los Horcones foram obtidas no artigo (Horcones, 1990), no site da comunidade (<http://loshorcones.org>) e através de contato eletrônico com seus membros.

formação de grupos, cuja disputa ignorava o bem dos indivíduos; c) as propostas políticas eram avaliadas conforme a pessoa que propunha e não conforme uma análise objetiva de seu conteúdo; d) a miúdo, a minoria não se esforçava em levar a cabo as decisões tomadas.

A atual forma de governo em Los Horcones se denomina personocracia, uma versão preocupada em fazer referência a indivíduos concretos e considerar-los como chave de progresso para a sociedade. Assim, as decisões tomadas não se legitimam nas deliberações de uma maioria abstrata, como acontece na democracia. Em termos concretos, isto significa que se podem implementar medidas políticas recusadas pela maioria, no caso de serem aprovadas experimentalmente, o que exige um longo processo de busca e cooperação coletiva.

Para se manter, a personocracia requer que os indivíduos aprendam condutas pró-sociais como cooperação, altruísmo e participação cidadã. Com isto, a própria função do governo se reduz consideravelmente: ou melhor, o governo seria, na realidade, o que menos governa, pois leva os indivíduos a fazer o que mais lhes beneficia. A personocracia se configura então como um governo aberto onde qualquer cidadão pode participar de seu funcionamento a fim de fomentar novas regras e códigos de conduta, que se mantêm o tempo que for desejado. Desaparecem, portanto, os antigos planejadores e administradores, surgindo organizadores e coordenadores, que assumiriam a gestão de áreas específicas. Neste sistema não há tão pouco a necessidade de votação, estando os gestores disponíveis à todo momento para atender as demandas. A finalidade é evitar uma cultura de dependência dos governados em relação aos governantes no tocante aos problemas coletivos.

Essas considerações sobre a gestão individual e comunitária apontam, não obstante, para um aspecto importante: em Los Horcones consta um número de habitantes muito inferior (18) ao sugerido por Skinner em Walden II (1000). Algumas explicações sobre seu reduzido êxito sugerem que haveria uma resistência à mudança de hábitos reforçados, juízos equivocados sobre o behaviorismo, o costume de viver em grandes cidades, a localização da comunidade em um país de terceiro mundo, a falta de recursos financeiros e de divulgação da comunidade. Sejam estes os motivos ou não, vale dizer que o número reduzido de membros em Los Horcones conduz a um inevitável deslocamento da proposta comunitária skinneriana, que contava inicialmente com um elemento imprescindível: a população, gerando um governo à parte do Estado. Portanto, talvez não devêssemos considerar Los Horcones como inserido na governamentalidade liberal. Talvez devêssemos antes aventar uma outra possibilidade que é a de que, nesta comunidade, aconteceria um cuidado de si coletivo, conforme encontramos definido no conceito foucaultiano (Foucault, 1984).

Conclusão

Interessa destacar alguns aspectos importantes na experiência de Los Horcones. Primeiro, a existência do vínculo crucial entre técnicas psicológicas e modos de governo liberal, sem relação direta com o governo soberano, mas duplicando-o no fim. Aqui seria necessário um desenvolvimento das tipologias de governo liberal psi, segundo as suas características. Segundo, deve se destacar a existência de uma forma de governo liberal baseada em uma auto-regulação científica, conduzindo quase a uma forma de técnica ascética de cuidado de si, especialmente se considerarmos a população atual da comunidade. Como nas experiências de governo psicológico nas quais não se trabalha com uma massa populacional (conferir os experimentos de liderança de Lippit & White), dela se extraem muitos dos princípios para o governo em geral, respeitando as supostas inclinações naturais dos indivíduos para melhor governá-los segundo a sua própria suposta natureza.

Referências

- FOUCAULT, Michel. **Historia de la Sexualidad II**. Rio de Janeiro: Graal, 1984
- _____. **Seguridad, Territorio, Población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- _____. **Nacimiento de la Biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- LOS HORCONES. Personocracia: Una forma de gobierno basada en la ciencia del análisis de la conducta. **Revista Latino-americana de Psicología**, Bogotá, 1, v. 22, p. 111-130, 1990.
- ROSE, Nikolas. **Inventing Our Selves**. Cambridge: Cambridge University Pres, 1998
- SKINNER, B. F. **Walden II: Uma sociedade do futuro**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1978.